



**Processo** 3.675-7/2016  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera a redação do artigo 109-A, *caput* e §§ 1º e 2º da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE-MT)  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente ANTONIO JOAQUIM  
**Sessão de Julgamento** 8-3-2016 – Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 9/2016 – TP**

Altera a redação do artigo 109-A, *caput*, e §§ 1º e 2º da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE-MT).

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 3º e 4º, I, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os artigos 21, XXVIII, e 30, VI, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

**Considerando** o Objetivo nº 5 do Plano Estratégico 2016/2021 do TCE/MT – garantir qualidade e celeridade ao controle externo; e,

**Considerando** a necessidade de reestruturar a Comissão Permanente de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal de Contas;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** O artigo 109-A, *caput*, e §§ 1º e 2º da Resolução nº 14/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 109-A.** As Comissões Permanentes de Atualização da Lei Orgânica e do Regimento Interno e de Uniformização de Jurisprudência colaboram efetivamente no desempenho e na qualidade dos produtos e das atribuições do Tribunal de Contas.

**§ 1º** A Comissão Permanente de Atualização da Lei Orgânica e do Regimento Interno é composta por quatro membros efetivos, sendo um Conselheiro, um Conselheiro Substituto, um Procurador de Contas, indicado pelo Procurador-geral, e um servidor com formação na área jurídica indicado pelo Presidente da Comissão, e dois suplentes, todos designados pelo Presidente do Tribunal.



**Processo** 3.675-7/2016  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Altera a redação do artigo 109-A, *caput* e §§ 1º e 2º da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE-MT)  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente ANTONIO JOAQUIM  
**Sessão de Julgamento** 8-3-2016 – Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 9/2016 – TP**

§ 2º A Comissão Permanente de Uniformização de Jurisprudência é composta por seis membros efetivos, sendo um Conselheiro, um Conselheiro Substituto, o Procurador-geral de Contas, o Secretário-chefe da Consultoria Técnica, o Consultor Jurídico Geral e um servidor de livre indicação do Presidente da Comissão, todos designados pelo Presidente do Tribunal.

§ 3º As comissões permanentes serão presididas pelo Conselheiro designado e funcionarão com a presença de, no mínimo, três de seus membros efetivos”.

**Art. 2º** Esta Resolução Normativa entra em vigência na data da sua publicação.

Participaram da deliberação os Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, DOMINGOS NETO, SÉRGIO RICARDO e MOISES MACIEL.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

#### **Publique-se.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 8 de março de 2016.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM  
Presidente – Relator Nato

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS  
Procurador-geral de Contas